

## O INTENDENTE E A CIDADE: MODERNIZAÇÃO E URBANIZAÇÃO EM CAMPO GRANDE (1921-1923)

*Márcia Pereira Silva\**

*Carlos Alexandre Barros Trubiliano\**

**Resumo:** Entre 1921 e 1923, Campo Grande, hoje capital de Mato Grosso do Sul, passou por profundas transformações sociais e econômicas, motivadas pela chegada do progresso através dos trilhos da Noroeste do Brasil (1914) e a vinda de significativo contingente de migrantes. Diante do cenário de rápido crescimento populacional e ampliação das relações comerciais, as elites locais, no anseio de incorporar a cidade ao mundo moderno e demarcar o espaço dos “*filhos da terra*” e dos “*paus rodados*”, procuraram remodelar a urbes introduzindo, na tradicional paisagem de “*povoado de uma rua só*”, elementos urbanísticos convencionalmente chamados de operações de embelezamento e saneamento. Nesse sentido, objetivo desse trabalho é discutir algumas reformas urbanísticas realizadas durante a intendência do Dr. Arlindo de Andrade Gomes, responsável pela remodelação da paisagem, (re)criando uma nova simbologia para cidade e seus habitantes.

**Palavras-chaves:** Intendência; Urbanização; Mato Grosso; Modernização.

**Abstract:** Between 1921 and 1923, Campo Grande, now the capital of Mato Grosso do Sul, has undergone profound social and economic transformation, driven by arrival progress through the tracks in the Noroeste do Brasil (1914) and the coming of a significant number of migrants. Against this backdrop of rapid population growth and expansion of trade relations, the local elites in their eagerness to incorporate the city into the modern world and demarcate the space of the “*filhos da terra*” and “*paus rodados*”, sought to reshape the metropolises introducing

---

\* Professora Assistente da *Universidade Estadual Paulista campus de Franca*.

\* Doutorando em História pela *Universidade Estadual Paulista campus de Franca*. Bolsista Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

the traditional landscape “of a village street alone”, urban elements conventionally called at the time of beautification and sanitation operations. In this sense, objective of this paper is to discuss some urban reforms carried out during the intendancy of Dr. Arlindo de Andrade Gomes, responsible for reshaping the landscape (re) creating a new symbolism for the city and its inhabitants.

**Keyword:** Intendancy; Urbanization; Mato Grosso; Modernization.

É importante frisarmos que a identidade é, “em primeiro lugar, representação” (BOURDIEU, 1989, p. 108) e que as disputas em torno da definição do que são esses modos de vivência, linguagens, condutas e comportamento local ou regional são “um caso particular das lutas das classificações”, que visam “impor a definição legítima das divisões do mundo social e, por este meio, de fazer e de desfazer os grupos” (BOURDIEU, 1989, p.113).

Em Campo Grande, em virtude de as primeiras décadas do século XX apresentarem significativas transformações para o espaço em questão, destacamos os (re)ordenamentos no interior das elites locais que, simultaneamente, se empenhavam na elaboração e/ou no reforço de imagens positivas sobre a cidade e o Estado (NEVES, 1988). No intuito de apagar o “estigma da barbárie” (GALETTI, 2000) que tradicionalmente caracterizava Mato Grosso, essas elites procuravam representar o Estado como “reserva de brasilidade”<sup>1</sup>, terra das oportunidades e do progresso, emoldurada pela garantia da ordem e da lei<sup>2</sup>.

Podemos caracterizar a chegada dos trilhos da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (NOB), em maio de 1914, como um marco da urbanização de Campo Grande, do processo e de transformações sociais e econômicas do sul de Mato Grosso. Através da ferrovia a cidade recebeu significativo contingente de migrantes oriundos de outros estados da federação e de vários países, bem como o município ficou mais atrelado aos pólos dinâmicos do capitalismo do Sudeste brasileiro. Esse novo quadro político, econômico e social foi marcado pela chegada de empreendedores/ investidores e de novos personagens urbanos, a exemplo de jogadores e prostitutas.

<sup>1</sup> Essa expressão constituiu-se no título de um livro, em que Rezende Rubim narrou a viagem por ele realizada à Amazônia e Mato Grosso. RUBIM, Rezende. **Reservas de Brasilidade**. SP: Cia Editora Nacional, 1939.

<sup>2</sup> De acordo com os estudos de Lylia Galetti nas primeiras décadas do século XX foi elaborada, pelas elites mato-grossense uma nova “identidade mato-grossense”. Essa representação seria uma reação as imagens negativas sobre Mato Grosso, elaboradas e veiculadas por viajantes estrangeiros e brasileiros, que caracterizava a região como um estado “atrasado”, “incivilizado” e “selvagem” povoado por uma gente “sanguinária”, “vingativa”, “preguiçosa” e “ignorante”. Para mais informações ver: GALETTI, Lylia S. G. **Nos confins da civilização: sertão, fronteira e identidade nas representações sobre Mato Grosso**. Tese (Doutorado em História) USP, São Paulo. 2000.

A ferrovia trouxe para cidade propostas de organização urbana pensadas pelos engenheiros encarregados de estudar o traçado da estrada de ferro Noroeste do Brasil. Em 1906, chefiadas pelo Engenheiro Emílio Schnoor<sup>3</sup>, as construções começaram; em 1909, a pequena vila passou a ter um traçado urbanístico elaborado pelo engenheiro agrimensor Nilo Javary Barém a pedido da Intendência Municipal.

O engenheiro Nilo Javary Barém teve a incumbência elaborar uma planta de Campo Grande, seguindo os interesses da ferrovia - um dos símbolos maiores da modernidade na época. De acordo com o seu projeto, as ruas foram traçadas em direção aos pontos cardeais e ortogonais entre si, ficando as quadras em formato de xadrez. O objetivo era colocar a cidade no universo da vida civilizada, que contivesse elementos da racionalidade urbanística, materializada na construção de ruas largas e de uma ampla avenida central ajardinada, pressupondo o sentido do fluxo intenso, bem como na edificação de uma praça central que se apresentaria como núcleo da vida em sociedade (GARDIN, 1999, p. 37-38).

Na medida em que Campo Grande se desenvolvia crescia também, no imaginário das elites, a necessidade de demarcar os espaços das classes “perigosas” que representavam, sobretudo, ameaça de “invasão”, circulação e interação dos antigos habitantes da cidade com a nova leva de migrantes “de toda casta”.<sup>4</sup> Estes chegam, junto com o progresso, pelos trilhos da ferrovia; eram estranhos e ameaçadores aos olhos da elite local que passou a elaborar mecanismos voltados para o ordenamento e o controle do espaço da cidade e de sua população.

Com base nos pressupostos urbanísticos e no esforço de controle e ordenamento social dos corpos foi lançado, em 1921, o Código de Posturas, que teve como principal preocupação o arruamento, a delimitação dos terrenos e o tipo das construções do centro da cidade, bem como a criação do bairro Amambay, destinado a fixação dos operários, em especial os trabalhadores da ferrovia.

Como observou Gilmar Arruda, “a urbanização, ou melhor, o arruamento como foi chamado em Campo Grande, significava delimitar espaços de circulação e moradia entre os habitantes” (ARRUDA, 1995, p. 43). Ainda para esse autor, a lógica

---

<sup>3</sup> A história da Noroeste do Brasil teve início com o Decreto Federal n. 5.344, de 18/10/1904, quando foi organizada a Comissão de Reconhecimento da Região e de exploração de linhas férreas e telegráficas, chefiadas pelo Eng. Emílio Schnoor que propõe a alteração original do traçado (Bauru a Cuiabá via Uberaba, Porto Tabuado, Baús, Coxim e Cuiabá), dessa vez para Corumbá, passando por Campo Grande. As obras iniciam-se em 1905 e chegam a Campo Grande em 1914. In: ARRUDA, Ângelo Marcos Vieira de. **Campo Grande: arquitetura, urbanismo e memória**. Campo Grande. UFMS, 2006. p.78

<sup>4</sup> “Os trilhos da Noroeste chegam a Campo Grande”. **Jornal O Estado de Mato Grosso**, Campo Grande, 01/06/1914, p.1.

que presidiria as diversas regulamentações de “higienização” e ordenamento da cidade

era a de manter os ambientes arejados e iluminados. [...] A intenção era a de construir um novo tipo de moradia para um novo tipo de morador. As casas de taipa, por exemplo, não poderiam ser mais reformadas e as fachadas de zinco ou tábuas deveriam ser trocadas por tijolos. Os mais atingidos, conseqüentemente seriam os mais pobres, cujas casas não poderiam seguir as especificações dos Códigos de Posturas. Mais um resultado do ‘drama do progresso’ (ARRUDA, 1995, s/p).

Diante desse contexto de transformações caberia a Arlindo de Andrade Gomes, como Intendente da cidade, a partir de 1921, fazer cumprir o novo Código e coordenar a urbanização de Campo Grande. Durante seu mandato, além das reformas urbanísticas destaca-se, ocorreu a construção do Grupo Escolar, da Cadeia Pública e dos quartéis, que na época recebia a Circunscrição Militar (ANDRADE FILHO, 2000). Vale ainda destacar que, segundo o memorialista Paulo Coelho Machado, coube ao intendente papel de “decorar” a cidade: “foi ele quem arborizou as ruas e cuidou das praças e jardins e também de seu arruamento” (MACHADO, 1988, p. 47).

Podemos enquadrar o mandato de Arlindo de Andrade Gomes, dentro do período que o historiador Nicolau Sevcenko (1998) define como *Revolução Científico-Tecnológica*, momento marcado por transformações históricas e do cotidiano, ligadas ao desenvolvimento da técnica científica e da higienização que objetivava recriar o mundo de acordo com os desejos e necessidades dos homens burgueses, ocasião em que ações, políticas e comportamentos deveriam ser pautados pela ciência, razão, progresso, ordem e civilização, formando assim os paradigmas da modernidade (BERMAN, 1997, p. 15).

A crença no progresso e na racionalidade técnica a serviço da remodelação dos espaços urbanos marcou a visão de urbanização de Arlindo de Andrade Gomes, materializada através de obras públicas, como a construção do Grupo Escolar:

O município contratou com o Estado, por não ter havido concorrentes, a construção do edifício para o nosso grupo escolar, pelo preço de Rs. 151:087\$180, sendo que o terreno também foi adquirido pela municipalidade, pelo preço de Rs. 6:500\$000, na Avenida, em bom local. Agora mesmo trabalha-se nesta obra, cuja terminação é urgente (GOMES, 1922, p.11).

A construção do Grupo Escolar manifestou uma das preocupações das elites campo-grandense da década de 20 do século XX, cujo entendimento era o de que a escolarização era vital para o progresso, civilização e modernização da cidade, bem como de seus cidadãos. Em outras palavras: “[...] a escolarização foi percebida como um instrumento de correção do processo evolutivo e como uma força propulsora do progresso da sociedade” (NAGLE, 2001, p. 165).

No início de século XX a Escola, na ótica de educadores, médicos e sanitaristas, devia exercer duas funções: a primeira como um espaço formador de cidadãos produtivos que seriam o futuro da nação; a segunda para “evitar a formação de espíritos descontentes, desajustados e rebeldes” (RAGO, 1987, p. 121). Nesse sentido, coube ao Estado criar instituições moldadas nos valores burgueses para a formação do caráter da criança dentro da ética do trabalho (QUELUZ, 2000). Assim, podemos entender a escola sob o prisma da concepção Foucaultiana de *sociedade disciplinar*, uma vez que, segundo Michel Foucault, as relações de poder estabelecidas no século XX entre os indivíduos e as instituições, seja ela a família, as prisões, os quartéis, ou até mesmo as escolas, foram abalizadas pela disciplina, com a finalidade de produzir *corpos dóceis*, eficazes e submissos econômica e politicamente (FOUCAULT, 1999). Tal prática fica evidenciada no relato da professora Maria Luísa Vidal Borges Daniel, que lecionou entre os anos de 1935 a 1952 no Grupo Escolar:

Sempre fui muito exigente com a disciplina. Quando tocava a campainha, os alunos faziam fila, cantavam o Hino Nacional e dirigiam-se em silêncio para a sala de aula. Os professores que já estavam aguardando, iam-se caminhando para suas salas [...]” (apud SÁ ROSA, 1990, p.65-66).

Ainda na fala da professora e no tocante a disciplina, a utilização do espaço, como uma das estratégias de controle e conformação dos corpos, foi pensada e implementada seguindo uma rigorosa e eficiente distribuição dos indivíduos; esses espaços “realizavam a fixação e permitem a circulação; recortam segmentos individuais e estabelecem ligações operatórias; marcam lugares e indicam valores” (FOUCAULT, 1999, p. 126-127), estratégia evidenciada na construção e distribuição dos educandos dentro do prédio do Grupo Escolar.

Naquele tempo, a disciplina era fundamental. A separação entre alunos e alunas era tão rígida que até o prédio era construído em forma de U, de modo a abrigar de um lado as classes do sexo masculino e do outro as do sexo feminino. O recreio dos meninos era de um lado, o das meninas de outro. O encontro entre os meninos e meninas dava-se apenas nas festas literárias e esportivas, que eram realizadas no salão nobre da escola. Só se admitiam classes mistas, quando havia número insuficiente de alunos para separá-los. E olhe que naquele tempo as classes tinham até 50 e 60 alunos. Quando havia uma classe mista, os meninos e as meninas eram muito vigiados, para que não se comunicassem entre si (apud SÁ ROSA, 1990, p.65-66).

Deste modo a escola fazia parte das diferentes formas de controle social concebidas pelas sociedades disciplinares; controle esse exercido pelo o que Foucault nomeou de “*instituições de sequestro*”, como a fábrica, o manicômio e a prisão, que tinham por finalidade

não excluir, mas, ao contrário, fixar os indivíduos. A fábrica não exclui os indivíduos; liga-os a um aparelho de produção. A escola não exclui os indivi-

duos; mesmo fechando-os, ela os fixa a um aparelho de transmissão do saber. O hospital psiquiátrico não exclui os indivíduos; liga-os a um aparelho de correção, a um aparelho de normalização dos indivíduos. O mesmo acontece com a casa de correção ou com a prisão (FOUCAULT, 1984, p. 91-92).

Enquanto que à escola cabia instruir em nome de uma sociedade burguesa e disciplinadora, outras instituições eram destinadas aos que não se adaptassem. A prisão foi elemento importante em Campo Grande, local em que “a criminalidade crescente e a ordem pública impunham a existência duma cadeia moderna, que poderia servir como penitenciária para as comarcas do Sul” (GOMES, 1922, p.11). A Cadeia Pública, instituição considerada eficiente e “educadora”, foi projetada durante a intendência de Arlindo de Andrade Gomes, “em toda a extensão da Rua 26 de Agosto à margem do córrego Prosa”.

Com efeito, a prisão fez parte do sistema de normas, a “sanção normatizadora”; não se tratando apenas da privação de liberdade, ela se propõe, através de suas técnicas corretivas, à regeneração dos encarcerados. A prisão devia

tomar a seu cargo todos os aspectos do indivíduo, seu treinamento físico, sua aptidão para o trabalho, seu comportamento cotidiano, sua atitude moral, suas disposições. Além disso, a prisão é sem exterior nem lacunas; não se interrompe, a não ser depois de terminada totalmente sua tarefa; sua ação sobre o indivíduo deve ser ininterrupta: disciplina incessante. Enfim, ela dá um poder quase total sobre os detentos; tem seus mecanismos internos de repressão e de castigo: disciplina despótica (FOUCAULT, 1999, p.211).

É importante salientar que o prédio/espço físico da prisão exercia papel de orientação no imaginário social, em outras palavras a escolha de sua localização reflete projeções dos medos, interesses e aspirações, modelando comportamentos, condutas e visões de mundo (DURAND, 1982). A construção da Cadeia Pública nas proximidades da região central de Campo Grande revelava o planejamento urbano para cidade, dotado de racionalidade normatizadora do espaço urbano.

As disciplinas, organizando as “celas”, os “lugares” e as “fileiras”, criam espaços complexos: ao mesmo tempo arquiteturais, funcionais e hierárquicos. São espaços que realizam a fixação e permitem a circulação; recortam segmentos individuais e estabelecem ligações operatórias; marcam lugares e indicam valores (FOUCAULT, 1999, p. 135).

No contexto da década de 1920 a ordenação do espaço teve para com a formação do homem uma relação de simbiose, em que homem e espaço físico se influenciavam mutuamente. Portanto, ordenar o espaço teve aspecto político muito mais relevante do que propriamente geográfico. Tal ordenação era de cunho pedagógico já que, dentre outros intuitos, visava ensinar o homem a comportar-se na nova sociedade “em sintonia com o ideário republicano”.

A ação sobre o corpo, o adestramento, a regulação do comportamento, a normalização do prazer, a interpretação do discurso, com o objetivo de separar, comparar, distribuir, avaliar, hierarquizar, tudo isso faz com que apareça pela primeira vez na história esta figura singular, individualiza – homem – como produção do poder (FOUCAULT, 1985, p. 20.).

Diante do exposto, a ação dos “donos do poder”, materializada na organização urbanística da cidade, atuou sobre o corpo, na orientação do comportamento dos sujeitos. O objetivo foi controlar os espaços para influenciar os corpos. A produção do poder, nesse sentido, é de suma importância para a manutenção do comportamento dos corpos através da mobilidade social, buscando torná-la cada vez mais “limitada”, e desta forma, controlada. As ações dos corpos devem ser enquadradas dentro de regras e de normas impostas pelos territórios, que também devem parecer, ideologicamente, como “normais”, como “naturais” para o “bem comum” da sociedade.

Assim, para uma melhor definição dos espaços deveria o centro da cidade ser o exemplo de modernidade e beleza. As edificações dessa região, durante a intendência de Arlindo Andrade Gomes, foram regulamentadas através do Código de Postura de 1921, normas que obrigavam os proprietários das construções de taipa, na área urbana central de Campo Grande, demolirem seus imóveis e construir outros de alvenaria de tijolos, em comprimento das condições de salubridade e de higiene impostas pela lei.

Não era permitido, por exemplo, no centro da cidade, “na confluência da Av. Afonso Pena com a Rua 14, onde hoje se eleva o Edifício Santa Olinda, [...] uma casa, velha, de pau-a-pique, chão batido, abaixo do nível da rua” (SERRA, 1989, p. 09). Obviamente, o intento não se impôs sem conflitos. Esse foi o caso da residência dos Irmãos Juarez, considerada por Arlindo de Andrade Gomes “uma agressão à fisionomia da cidade”. Foi então determinado que os proprietários a demolissem, o que os mesmos não fizeram: “por turra ou estribados em direito, eles não a derribaram”. Então a intendência, segundo fontes oficiais, “foi obrigada” a tomar providências mais enérgicas: “certa noite, em meados de 1923, dez ou mais homens, de machados e picaretas, puseram-na abaixo. De manhã, era apenas um monte de barro, taquaras e telhas velhas” (SERRA, 1989, p. 9). A atitude do intendente é reveladora na medida em que denota “de um lado, a idéia do progresso pela ciência e, de outro, o conceito de ditadura republicana, que contribuía poderosamente para o esforço da postura tecnocrática e autoritária” (CARVALHO, 1987, p. 35). O recado foi claro: “a quem quer que fosse”, em especial aos “paus-rodados”<sup>5</sup>, não seria tolerado impedimentos à modernização; a resposta viria “na ponta da picareta”.

<sup>5</sup> Expressão popular utilizada no Estado de Mato Grosso para identificar o imigrante originário de outro Estado ou País, geralmente visto como desconfiança pelas elites locais. Mais informações ver entre outros textos: GOMES, William. **Dicionário Cuiabanês**. Cuiabá, 2000.

As preocupações do Dr. Arlindo de Andrade Gomes alcançaram o cemitério da cidade, local até então aparentemente abandonado, alvo de “vandalismo e ataque de animais selvagens e domésticos”, contrariando os preceitos da ordem e higiene republicana, bem como aos princípios da Igreja que incluíam respeito e cuidado com os mortos. Sobre o assunto determinou o intendente que “a seção de engenharia” organizasse uma nova planta com “estilo moderno”, advertindo a urgência do “muramento do terreno” e da instalação do portão (GOMES, 1922, p.12).

Mas o problema do Cemitério Público não se resumia as reformas da estrutura. Por instrução da medicina higienista, em especial da teoria miasmática, “*cujo fundamento era que as partículas da matéria orgânica em decomposição se dissipavam pelo ar e contaminavam aqueles que estavam por perto*” (GANELIE, 2010, p.02), fazia-se necessário um cemitério fora da parte urbanizada da cidade, ou o mais longe possível da região central. Deste modo, o intendente intencionava remover os corpos do antigo cemitério: “*vou determinar a exumação dos restos existentes no cemitério velho, tendo combinado com várias famílias o modo de execução deste serviço*” (GOMES, 1922, p.12). A transferência dos enterros para longe dos espaços públicos de maior trânsito atendiam as recomendações sanitaristas, na ânsia de evitar a propagação de doenças endêmicas, também em nome da civilização.

Ainda no tocante ao cemitério, outra mediada tomada por Arlindo de Andrade foi de caráter administrativo, mudando a administração do cemitério (GOMES, 1922, p.12). Às medidas de modernização do espaço e às transformações do comportamento somaram-se a chegada da luz elétrica e da rede de água urbana, ambos na década de 20 do século XX, gerando, segundo o arquiteto Ângelo Arruda, “mudanças de hábitos e, portanto, de organização no espaço da casa campo-grandense” (ARRUDA, 2003, s/p). As obras de encanamento tubulado da água começaram na administração de Arlindo Gomes e foram concluídas, pelo menos no perímetro urbano de Campo Grande, em 1926, durante o mandato de Arnaldo Figueiredo, período em que também chegaram à cidade as primeiras torneiras e registros importados da Inglaterra ou dos Estados Unidos. Deste modo, segundo Arruda:

O layout da casa muda: antes, a latrina era externa (já que a atividade de tomar banho podia ser exercida dentro do quarto, com latões de água), nos quintais e com a chegada desse serviço muito caro pela importação do material, forçou que banheiro e cozinha ficassem próximos para economizar na tubulação. Com essa modernidade foi erguida a primeira casa de Campo Grande com banheiro tubulado e interno: a residência do próprio Intendente da época das benfeitorias, Arnaldo Figueiredo, projetada pelo engenheiro Camillo Boni em 1922 (ARRUDA, 2003, s/p).

No tocante a ampliação da rede elétrica deve-se destacar a instalação da Companhia Mato-grossense de Eletricidade (CME), nos anos de 1920, substituindo o



ciclomóvel - gerador a vapor de potências desconhecias que supria as necessidades de energia elétrica no perímetro central de Campo Grande. A CME construiu, em 1924, na região do “Inferninho”, próximo à fazenda do Dr. Vespasiano Martins, a Usina “do Ceroula”, com turbinas Pelton Voigt/ Siemens e um sistema de 11,4 kV, com cerca de 15 quilômetros de cabeamento, transmitindo e distribuindo eletricidade de modo mais eficaz e barato para a rede urbana e ampliando a iluminação pública da região central.<sup>6</sup>

Com a instalação da usina e a ampliação da potência elétrica, os habitantes de Campo Grande viram a chegada de novos aparelhos de caráter doméstico, como a vitrola e os refrigeradores (vale a pena frisar que houve a possibilidade de uso desses aparelhos e não a sua popularização) e os de caráter mais público, como o cinema, com tecnologia sonora e visual, que promoveram enormes transformações sociais e arquitetônicas na cidade.

É impossível compreendermos a eletricidade apenas como uma nova tecnologia. A mesma era mais das formas de manifestação da modernidade, tendo papel preponderante no contexto das transformações sociais da passagem dos séculos XIX para XX. Esse momento histórico foi marcado pela crença na técnica e nas novas fontes de energia como formas de libertar o homem da natureza. Para David Harvey (1993), essas transformações alteraram as concepções de tempo e espaço do homem, assinaladas pela aceleração do ritmo da vida e do giro de capital, bem como o encolhimento das distâncias geográficas pelas forças das comunicações e dos transportes que se modernizaram (HARVEY, 1993).

Diante desse contexto, de transformações do espaço e mudanças da concepção do tempo, foram estabelecidas as matrizes ordenadoras e higienizadoras a serem executadas pelo Dr. Arlindo de Andrade Gomes em Campo Grande. As ações da intendência foram marcadas pela modernização da cidade, oriundas, especialmente, dos trilhos da NOB. É importante ressaltar que a política adotada pela intendência muitas vezes foi executada com truculência, a exemplo da demolição de casas e da delimitação dos espaços destinados aos “indesejáveis”.

Consideramos que a intendência de Arlindo de Andrade Gomes refletiu uma época; tempo em que a crença na ciência e na técnica, em especial na medicina e na arquitetura, foi direcionada para a transformação de um povoado sertanejo, localizado na região considerada como a mais promissora da fronteira oeste do Brasil. O legado de Gomes para Campo Grande pode ser visto, até os dias de hoje,

---

<sup>6</sup> A respeito do ciclomóvel sabe-se que era um gerador de energia elétrica instalado pelo Sr. Antônio Veronese, na rua 26 de Agosto, em Campo Grande. Durou até 1924, quando foi substituído pela *Usina do Ceroula*. O que não se sabe é quando o ciclomóvel começou entrar em funcionamento; Dados obtidos em: **Campo Grande - 100 anos de Construção**. Campo Grande: Matriz Editora, 1999.p.149.

na organização xadrez do centro, nas ruas e avenidas largas, nos prédios modernos e nas praças arborizadas. Ressaltamos, por fim, que a herança de tais tempos ainda está na demolição do “velho”, “feio” e “sujo”, substituído pelo novo, moderno e higiênico.

### Referências

ANDRADE FILHO, Persio (et. al.). **Série Campo Grande - Personalidades**. Campo Grande. Arquivo Histórico de Campo Grande, 2000.

ARRUDA, Ângelo Marcos Vieira de. A casa em Campo Grande: Mato Grosso do Sul, 1950-2000. **Revista Arqtextos**, nº 36, maio de 2003.

ARRUDA, Gilmar. “A Ferrovia Noroeste do Brasil: o último trem para o sertão”. **Cadernos de Estudos Urbanos**. Campo Grande: Conselho Regional de Construtores de Imóveis, nº 3, 1995.

ARRUDA, Gilmar. “A Ferrovia Noroeste do Brasil: o último trem para o sertão”. **Cadernos de Estudos Urbanos**. Campo Grande: Conselho Regional de Construtores de Imóveis, nº 3, 1995.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. São Paulo, Companhia das Letras, 1997.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

**Campo Grande - 100 anos de Construção**. Campo Grande: Matriz Editora, 1999.

CARVALHO, J. M. de. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

DURAND, Gilbert. **A Imaginação Simbólica**. São Paulo: Cultrix, 1982

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 20ª edição. Petrópolis: Vozes, 1999.

\_\_\_\_\_. A verdade e as formas jurídicas, “**Cadernos da PUC/ RJ**”, série Letras e Artes, 6/74, nº 16, 1984.

GALETTI, Lylia S. G. **Nos confins da civilização: sertão, fronteira e identidade nas representações sobre Mato Grosso**. Tese (Doutorado em História) USP, São Paulo. 2000.

GANELIE, Luisa Santana. **Higienismo na cidade de São Paulo no século XIX: Memórias sobre temas urbanos.** Anais do XV Encontro de Iniciação Científica da PUC-Campinas. SP. 2010.

GARDIN, Cleonice. **Campo Grande entre o Sagrado e o Profano.** Campo Grande: UFMS. 1999.

GOMES, Arlindo de Andrade. **O Município de Campo Grande – 1921.** Campo Grande: 1922.

GOMES, William. **Dicionário Cuiabanês.** Cuiabá, 2000.

HARVEY, David. **Condição Pós-moderna.** São Paulo: Loyola, 1993.

MACHADO, Paulo Coelho. **Arlindo de Andrade - Primeiro Juiz de Direito de Campo Grande.** Campo Grande: Tribunal de Justiça, 1988.

NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na Primeira República.** 2. ed. São Paulo: DP&A, 2001.

QUELUZ, Gilson. **Concepções de ensino técnico na República Velha (1909-1930).** Curitiba: Cefet-Paraná, 2000.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar (1890-1930).** São Paulo: Paz e Terra, 1987.

RUBIM, Rezende. **Reservas de Brasilidade.** SP: Cia Editora Nacional, 1939.

SÁ ROSA, Maria da Glória. **Memória da cultura e da educação em Mato Grosso do Sul.** Campo Grande: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 1990.

SERRA, Ulisses. **Camalotes e guavirais.** 2 ed. Campo Grande: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, 1989.

SEVCENKO, Nicolau. **“Introdução. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso”**, pp. 7-48, \_\_\_\_ (Org.), *História da vida privada no Brasil*, República: da Belle Époque à era do rádio. São Paulo, Companhia das letras, 1998, Vol. 3.

